

1 **ATA 15° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**  
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE**

3  
4 Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em reunião híbrida,  
5 realizou-se a décima quinta Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Assistência  
6 à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2022, sob a presidência do  
7 conselheiro João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde, e  
8 secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do colegiado. **1) Abertura da Reunião**  
9 **Ordinária.** Foi declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros  
10 representantes do Governo do Estado, titulares Thiago Dapper Gomes e suplente Gilderis Magrin (IPE  
11 Saúde) e suplente Itamê Westphalen (Governo do Estado), Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin  
12 (ALRS), João Ricardo dos Santos Costa (TJRS), Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e  
13 representantes dos segurados, titulares Kátia Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União  
14 Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade e Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio  
15 Alberto Andrezza (Cpers). A reunião contou também com a presença da assessora de Planejamento  
16 e Orçamento do IPE Saúde, Mary Liliane Cavalheiro Mendes. **2) Ausências justificadas.** O conselheiro  
17 Mauro Hauschild, representante do Governo do Estado, não pôde comparecer por conta de agenda  
18 externa pelo Governo sendo substituído por sua suplente, Itamê Sandri Westphalen. O conselheiro  
19 Bruno Queiroz Jatene, representante do IPE Saúde, pelo motivo de agenda externa sendo substituído  
20 por sua suplente, Gilderis Magrin. **3) Aprovação da Ata CA nº 14/2022 da reunião ordinária, do dia 28**  
21 **de julho de 2022.** A ata de nº 14/2022, do dia 28 de julho de 2022, foi aprovada por unanimidade dos  
22 conselheiros, sem ressalvas. **4) Correspondências expedidas.** Nenhuma. **5) Correspondências**  
23 **recebidas.** Nenhuma. **6) Discussão sobre processo de realinhamento salarial dos servidores do IPE**  
24 **Saúde.** Para dar início às discussões do tema, o conselheiro Thiago Dapper tomou a palavra dando  
25 uma breve retomada no histórico do andamento do processo de realinhamento salarial dos servidores  
26 do IPE Saúde, este que foi aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2021 e encaminhado,  
27 posteriormente, à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado – SPGG e ao Grupo de  
28 Assessoramento Especial – GAE na finalidade de encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado.  
29 Na sequência, o processo foi devolvido ao IPE Saúde para reavaliação de seu andamento, visto a troca  
30 de Diretor-Presidente da Autarquia no período e, por fim, após reavaliação, encaminhado à  
31 Procuradoria Geral do Estado – PGE para análise da viabilidade de dar andamento na tramitação em

32 vista das restrições impostas pelo Regime de Recuperação Fiscal, Lei de Responsabilidade Fiscal e  
33 Período Eleitoral de 2022. O mesmo retornou com a manifestação da PGE que esclarece sobre a  
34 impossibilidade de reavaliar os salários dos servidores da Autarquia, visto não ser permitida a criação  
35 de dívidas para o próximo governo, assim como a existência de impedimento de qualquer alteração  
36 no plano salarial dos servidores estaduais durante o Regime de Recuperação Fiscal adotado pelo Rio  
37 Grande do Sul. Após o resumo, o conselheiro Thiago Dapper sugeriu ao Conselho que, mesmo com a  
38 impossibilidade jurídica apresentada pela análise da PGE, fosse dado o andamento a este processo  
39 encaminhando-o para as análises necessárias da SPGG; para os fins de votação em Assembleia  
40 Legislativa, conforme sugestão do conselheiro Álvaro Panizza, pois é de consentimento deste Conselho  
41 que a reavaliação salarial no Instituto é necessária, prevista e de extrema importância para a  
42 sustentabilidade do mesmo e para a permanência dos servidores que desempenham as funções na  
43 Autarquia. Após discussões sobre o encaminhamento do processo, deliberou-se pelo colegiado que  
44 seja encaminhado um ofício à Presidência do IPE Saúde solicitando o devido andamento do processo  
45 de realinhamento salarial dos servidores do Instituto a fim de que o mesmo seja direcionado à  
46 tramitação na Assembleia Legislativa do Estado para votação ainda neste ano, após período eleitoral,  
47 quando não houver mais impedimento jurídico. **7) Apresentação dos dados financeiros do período**  
48 **de janeiro a julho/2022.** Para dar início às explanações, a assessora de Planejamento e Orçamento do  
49 IPE Saúde, Mary Liliane Cavalheiro Mendes, falou, de forma geral, sobre o levantamento dos dados  
50 financeiros, que compreende o período de janeiro a julho de 2022 em comparação ao mesmo período  
51 nos anos de 2019, 2020 e 2021. Mary Mendes apresentou os dados sobre consultas, serviços  
52 complementares, pronto atendimento, internação hospitalar e ambulatorial, abordando a quantidade  
53 e tipos de atendimento por mês. A partir da apresentação dos números de consultas e baixa hospitalar,  
54 onde demonstrou-se uma queda na procura deste tipo de prestação de serviço durante o ano de 2020  
55 em comparação ao ano de 2019, o conselheiro Antônio de Pádua questionou a pertinência dos dados,  
56 afirmando que a lógica deveria ser inversa, visto que em 2020 iniciou a pandemia de Coronavírus, onde  
57 mais pessoas foram hospitalizadas e, teoricamente, mais procuras por estes atendimentos ocorreram.  
58 A assessora esclareceu que esta queda nas consultas e baixa hospitalar se dá pelo motivo contrário,  
59 fato de as pessoas se restringirem em procurar atendimento durante a pandemia por questões de  
60 menor complexidade e que, em relação à baixa hospitalar, houve menos internações, mas um  
61 aumento no período em que o paciente ficava internado, conseqüentemente aumentando os gastos  
62 na Autarquia com os tratamentos. Além disto, a assessora e demais conselheiros ressaltaram que se

63 deve levar em consideração, também, que muitas pessoas recorreram ao Sistema Único de Saúde –  
64 SUS. Mary Mendes explicou, ainda, que apesar de uma queda na quantidade de consultas e  
65 internações, houve o aumento nos gastos do plano, visto os tipos de atendimentos prestados serem  
66 de maior complexidade durante a pandemia. Na sequência, a assessora apresentou os gráficos da  
67 quantidade de atendimentos prestados nos anos em comparação aos gastos obtidos pelo Instituto,  
68 salientando que o aumento de gasto se justifica, também, pela quantidade de patologias que se  
69 agravaram, visto a falta de procura de atendimento dos pacientes durante a pandemia. **8) Assuntos**  
70 **de Ordem Geral.** O presidente do Conselho de Administração, João Ricardo, solicitou que fosse incluso  
71 na pauta desta sessão o assunto sobre o relacionamento entre o Hospital Santa Casa de Misericórdia  
72 de Porto Alegre com o IPE Saúde. A motivação para debater é o caso ocorrido no último dia 30 de  
73 julho, em que o referido hospital negou, em primeiro momento, o atendimento de emergência a  
74 usuário do IPE Saúde, na tentativa de cobrança particular, caso por meio do qual a Presidência e o  
75 Conselho de Administração foram comunicados da irregularidade. Após o relato do ocorrido, o  
76 presidente do Conselho salientou que a negativa de atendimento por parte do prestador considera-se  
77 quebra de contrato, visto que a Santa Casa está em tratativas de regularização de contas com a  
78 Autarquia. Além disto, o presidente opinou sobre os motivos pelos quais não se tem enfrentado as  
79 negativas de atendimentos por parte do Hospital, fatos que ocorrem com frequência, e salientou que  
80 os contratos firmados entre os prestadores e o Instituto tem fins sociais imensuráveis. Após sua fala,  
81 o presidente do colegiado sugeriu que o Conselho de Administração faça uma reunião com o  
82 Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul a fim de discutir o assunto e buscar a tomada de  
83 atitude fiscalizatória deste tipo de conduta. Na sequência, o conselheiro Ives Agamenon se manifestou  
84 sugerindo que fosse dado andamento ao processo que já está tramitando no Ministério Público sobre  
85 o assunto. A conselheira Maria Cristina manifestou-se, em auxílio à fala do conselheiro Ives, relatando  
86 que o processo que trata sobre a falta de atendimentos a segurados do IPE Saúde está em andamento  
87 na Procuradoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, sob responsabilidade da  
88 dra. Roberta Brenner. Maria Cristina explicou como foi a interlocução da dra. Roberta nas tratativas  
89 entre a Autarquia e os prestadores credenciados, e sugeriu que fosse realizada uma reunião entre o  
90 Conselho de Administração e a promotora para conhecer como está tramitando o processo sobre o  
91 tema a fim de alinhar decisões. O conselheiro Ives Agamenon retomou sua fala salientando a  
92 importância da revisão dos credenciamentos e atualização das relações de prestadores que  
93 permanecem atendendo pelo plano. Já o conselheiro Antônio de Pádua relatou como funciona as

94 relações entre os prestadores e a Autarquia e destacou que, enquanto o IPE Saúde não regularizar as  
95 tabelas de honorários e pagar em dia os prestadores, dificilmente será resolvido o problema da  
96 negativa de atendimentos aos segurados. Kátia Terraciano, por sua vez, salientou a importância de se  
97 disponibilizar no site do IPE Saúde uma simulação da migração dos prestadores de pessoa física para  
98 pessoa jurídica, pois como PJ terão oportunidades de melhor remuneração pelo IPE Saúde.  
99 Aproveitando o relato sobre o site, a conselheira Kátia abordou, também, sobre a vulnerabilidade no  
100 portal em que se acessa o PAMES, sendo possível que qualquer pessoa consiga acessar os dados dos  
101 segurados do plano, no APP do Servidor, entrar no site do Ipe Saúde e solicitar a exclusão do PAMES.  
102 Além disto, Kátia Terraciano aproveitou para questionar qual a origem dos valores aportados pelo IPE  
103 Saúde aos prestadores, pagos nos últimos meses do primeiro semestre de 2022. Em resposta à última  
104 pergunta da conselheira, Thiago Dapper respondeu afirmando que os aportes tiveram origem nos  
105 pagamentos ordinários mensais pelo Instituto e no acumulado de superávit financeiro. O conselheiro  
106 Antônio Andrezza manifestou sua insatisfação quanto a situação da negativa de atendimento aos  
107 segurados pelos prestadores e relatou sentir vergonha, enquanto conselheiro, em não ter o que  
108 responder aos segurados quando questionado sobre esta situação, solicitando que sejam tomadas  
109 atitudes severas sobre o caso. Vera Lêsses falou sobre os problemas relativos à próteses e à categoria  
110 dos cardiologistas, onde os segurados têm desembolsado valores excessivos para garantir a qualidade  
111 de vida e, até mesmo, a sobrevivência. Além disto, a conselheira relatou sobre a falta de garantia das  
112 reconsultas aos segurados, onde os hospitais acabam dificultando a remarcação dos atendimentos  
113 para os segurados do IPE Saúde. Marcia Elisa relatou ao Conselho sobre um caso que recebeu na  
114 Fessergs de um segurado que não teve garantido seu atendimento e apresentou sérios problemas de  
115 abalo psicológico por conta da falta de assistência pelo plano, salientando que são sérias as  
116 repercussões negativas que a falta de assistência tem causado aos pacientes. Após as discussões sobre  
117 a situação pelos conselheiros, deliberou-se pela realização de uma reunião com a procuradora dra.  
118 Roberta Brenner, na próxima reunião ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá no dia 25  
119 de agosto, para falar sobre a falta de atendimento dos hospitais aos segurados do IPE Saúde, em  
120 especial o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e para manifestar as sugestões dos  
121 conselheiros sobre o andamento do processo no Ministério Público. **9) Definição de pauta para a  
122 próxima sessão.** Para a reunião ordinária do dia 25 de agosto de 2022, fica pautado o seguinte tema:  
123 Discussão sobre a falta de atendimento aos segurados e relacionamento entre Hospital Santa Casa de  
124 Misericórdia de Porto Alegre e IPE Saúde. **10) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por

125 encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que foi elaborada, revisada e  
126 assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do Conselho, e pelo presidente do Conselho  
127 de Administração, João Ricardo dos Santos Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que  
128 se encontra à disposição dos Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressalvando-lhes o direito  
129 de retificá-la, por escrito, se assim desejarem.

130

131 **Porto Alegre, 11 de agosto de 2022.**

132

133 **João Ricardo dos Santos Costa**

134 Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

135

136 **Thuane Liesenfeld Borges**

137 Secretária do Conselho de Administração.